

## Considerações sobre a destruição da política

**Pedro Cláudio Cunha Bocayuva**

Professor do PPDH do NEPP-DH/UFRJ

### Apresentação

Buscamos nesse artigo indicar elementos para pensar a degradação da política a partir da cena parlamentar brasileira (para presenciá-la basta ligar seu televisor), ou sob a forma da sua espetacularização através do jogo de cena das querelas entre os três poderes. Para isso, devemos observar o uso da noção de fenômenos mórbidos, como expressão da chamada **pequena política**. Desde os seus *Cadernos de Cárcere*, o intelectual comunista italiano Antonio Gramsci examinou o quanto o processo parlamentar servia para substituir e bloquear a emergência das grandes questões nacionais e internacionais na cena pública. Entendendo a **grande política** como sendo aquela que se liga ao processo de formação das políticas voltadas para o Estado e mesmo para sua formação e possível extinção. Destacando a função dos partidos e a visão ampliada dos intelectuais na perspectiva da constituição de bloco de forças que projetam uma hegemonia (uma direção) para a vida social nacional. Nessa perspectiva da grande política os jogos parlamentares têm um efeito potencial devastador se autonomizados, pelo efeito de deslocamento e redução do sentido da política a partir dos incentivos para obter vantagens de todos os tipos.

A crise da democracia representativa deve ser examinada dentro do quadro de análise gerado pela noção de pequena política, de banalização da política com seus efeitos fenômenos mórbidos, mas longe da naturalização que busca silenciar o clamor das multidões e movimentos ruas e dos campos, pela formação de plateias para o BBB das (pseudo)lutas parlamentares e dos julgamentos e das ações policiais. Para ir além desse tipo de leitura é preciso situar a estrutura do real que subjaz aos jogos da cena parlamentar e os jogos judiciais e policiais. Para isso, vamos tentar descrever e definir a força da dimensão imagética e da batalha comunicativa que exigem reflexões políticas sobre as alternativas, destacando a necessidade da construção dos elos entre uma democracia participativa renovada e a dimensão da representação, pela ótica de formas distintas de comunicação. Buscando uma transparência crítica ativa na leitura das formas e do

quanto o poder real se exerce para além do espetáculo mórbido das lutas parlamentares e da cena judicial.

Examinar a cena política brasileira desde esse recorte de redução do sentido potencial da prática política numa esfera de contendidas parlamentares se torna urgente. Mas devemos relacionar a cena política com a imagem corpo dos poderes, pelo que resulta na definição de um senso comum que traduz e consolida a opinião pública negativa sobre a vida política, dos parlamentares e dos partidos. Nessa briga de galos, nessas rixas entre homens, a dança das cadeiras se combina com a aniquilação e a traição cada vez mais baixas, a morbidez se manifesta nas suas várias faces, com destaque para figuras que merecem todas as adjetivações das comédias tristes.

Ao tornar o pequeno interesse pela obtenção de posição, vantagem e cargo, como se fosse o sentido qualitativo da função parlamentar, os fenômenos que afetam a população na grande escala são afastados como prioridades no âmbito do legislativo. Canais de mediação e forças de articulação de lógicas corporativas e bancadas do tipo bala, boi e bíblia acabam dando o tom da vida parlamentar. O desencontro e a disputa de lideranças condensam e definem perfis, a liderança se constitui num conjunto de manobras entre as sombras por onde se cruzam os acordos sobre as grandes empreitadas e as projeções de lucros

futuros. Personagens sombrias e discursos reacionários sensibilizam os descontentes com a presença de novos atores na vida brasileira, aqueles de outra cor, de outro sexo, que aparecem nos bancos das universidades, nos aviões e nos mesmos restaurantes e espaços antes exclusivos.

### **Crise de representação**

A razão cínica da agenda da governabilidade parece boa diante da vastidão de bloqueios e desgastes que degradam as funções e a credibilidade das instituições representativas lideradas por personagens cujo conteúdo é mostrar capacidade predadora. A luta interna pelo poder nos aparelhos de Estado, no governo e no parlamento ganham destaque e substituem a política, na sua face estratégica aquela definida pelas classes fundamentais, pelas disputas entre forças e blocos sociais. A pequena política acaba absorvendo a energia, o campo visual e o semântico da parlamentar, gerando um bloqueio para pensarmos a política desde processos de mobilização coletiva e de uma pedagogia política democrática (como expressão de uma necessária Paidéia atual) capaz de lidar com outras demandas, redirecionando o senso comum e a opinião pública em uma direção favorável aos grupos e classes subalternas. Nessa inversão perversa o valor dos temas e o enredo são formatados alimentando a frustração gerada pela destituição do valor ético político (deslocando as grandes questões no centro da luta pelo poder). Os jogos pelo alto perdem substância ética e estética e por isso tornam medíocre e mórbido o contexto que se diz político, liberando para o livre exercício de formas de poder e decisão que alienam ainda mais a cidadania pela via do mercado político. O minimalismo no alcance

da reforma política indica que a disposição crítica e a função informativa da mídia aceita rapidamente os resultados pífios, ao gosto do processo que reafirma o deserto do real sob a forma do “virar pizza”, ou da redução ao recorte unidirecional da “lava à jato”.

Pensar na representação política lembra a estória do bode na sala, somos convencidos a ficar colocando mais bodes para nos sentirmos aliviados quando tiramos os bodes que colocamos para que o cotidiano se torne mais tolerável na chave do “podia ser muito pior”. O que fazer quando vemos cenas de degradação e autofagia, que se repetem em nome da democracia parlamentar (representativa) realmente existente? O que se ganha ao vermos uma continuidade dos mesmos fenômenos mórbidos no pequeno jogo de trituração, bloqueio e traições no espetáculo midiático cotidiano, onde o Congresso Nacional aparece como a caricatura de si mesmo? A repetição grotesca e variada do triste espetáculo acaba gerando personagens cuja habilidade é alimentar uma máquina de cinismo e hipocrisia, para tamponar a falta de substância e o vazio do real que não passa de uma superfície encobrindo o verdadeiro jogo do poder. A agenda da via única se impõe apoiada nas formas jurídicas e no discurso da ordem.

O ajuste como solução técnica permanente destitui o social ao tornar a política um caso de polícia, que se desdobra na criminalização do protesto que atrapalha o trânsito e causa dano ao patrimônio. O fim da roubalheira e da baderna servem de pretexto para uma selvageria brutal que alimenta a barbárie penal e carcerária e o genocídio social no Brasil. O poder disciplinar do capitalismo global e as notas das agências de risco vão nos rebaixando, aumentando exigências e juros para no punir pelos excessos de gastos do ciclo anterior, como se eles nada tivessem ganho com a festa dos megaeventos e a farra das *commodities*.

Por isso, as cortinas de fumaça causam danos pelo que servem para encobrir do real do poder e para desgastar a democratização como horizonte da política voltada para o bem público e o comum. Pela via das guerras de desgaste, as lutas parlamentares por cargos com suas protelações e custos se repetem como uma comédia que, supostamente, representa da política tal qual ela é. Nesse artigo examinamos a crise da representação destacando a sua materialização a partir de fluxos imagéticos que sustentam o esvaziamento da função

pública no âmbito do Estado e dos chamados poderes, com seu papel de deseducação política ou antipedagógico. O poder legislativo é paradigmático na crise de legitimidade que acaba por deslocar poder para outros espaços e agentes dentro e fora do Estado, que acompanham o processo e a lógica que reafirma o poder disciplinar e as tecnologias do poder punitivo como forma dominante de responder aos desmandos e ao triste espetáculo onde brilham figuras como o Deputado Eduardo Cunha. Somente a razão cínica e a coalizão de forças reacionárias podem pensar em colocar nas mãos desse personagem, até então desconhecido, o rumos da direção da República. Em que pese a fraqueza e os recuos da Presidente, seus adversários são fruto de ardis e manobras, ou personagens que combinam inocuidade política e ausência completa de conteúdo

Vivemos numa conjuntura (apesar das manifestações do MPL e do MTST) que caminha na direção de regimes de segurança e ajuste permanentes que acentuam as diretrizes da sociedade do endividamento, do desastre ambiental, da crueldade e do medo, que se sustenta na afirmação de que os políticos que escolhemos representam nossa imagem e reflexo ampliado como povo, “você merecem”. Como alternativa nos oferecem uma saída pedagógica pela via do espetáculo judicial-punitivo que corrobora a exceção, pela injustiça econômico social dos

juros astronômicos e das contas impagáveis, separando “tecnicamente” a corrupção da sua relação com os fluxos financeiros autonomizados, recortando seletivamente uma pseudodemocratização na chave negativa da punição de empresários e políticos, conservando os monopólios patrimoniais, midiáticos, de renda e de poder. Será que o espetáculo do tipo panis et circenses que assistimos serve de instrumento de construção republicana? A via judicial de produção de um golpe institucional serve de horizonte para que a população julgue o governo e os políticos nas formas próprias da democracia? O mal-estar cresce e alimenta o conflito na sociedade civil, a crise orgânica se manifesta com imagens perturbadoras de irracionalidade e preconceito. A máquina governamental se paralisa impedida de realizar os gastos básicos e devedor dos grandes negócios e das falsas expectativa como a da megalomania do Pré-sal.

### **Imagem-corpo do espetáculo**

A lógica cultural do capitalismo tardio se materializa na sociedade do espetáculo, na profusão do corpo-imagem deteriorado e precário (líquido) dos agentes da pequena política, quando o fetichismo deixa de ser o encobrimento do real como forma da alienação. A representação política implode pela via da morbidez cotidiana. Agora temos uma oportunidade para reabrir o debate sobre os sentidos da política e as formas da democracia.

**Ao longo desse artigo procuramos definir o fenômeno político e a crise da representação no Brasil, como sendo expressão extrema da desmedida imagética que esgota o capital simbólico dos atores sociais presentes no espaço da representação. Descrevemos um movimento que vem destruindo a descrição clássica da política como um teatro, como um palco e um cenário, com certas regras, técnicas e modos de representação. Essa destruição da metáfora da política como um teatro abre uma bifurcação, na direção da guerra de todos contra todos ou na direção de um processo de morte continuada dos valores. A repetição dos mesmos processos que definem a política pela imagem dos políticos desde a sua corruptibilidade se repete, com a perda de capital simbólico que atravessa as instituições**

**da representação política, atingindo de um só golpe o corpo-imagem dos escolhidos pelo sufrágio universal e os aparelhos partidários, funciona como naturalização do degaste do sentido público da função de representação.**

O senso comum que trata da política serve-se da confirmação contínua da morbidez e da nulidade do processo parlamentar onde a pequena intriga, o pequeno interesse e os personalismo servem de suporte para naturalizar o fracasso da política, golpeando a democracia representativa. Esse processo ao invés de produzir uma resposta na direção da autonomia ou da representação direta da sociedade, ou mesmo dos mecanismos de controle e participação popular, se direciona para um fetichismo jurídico pela lógica da solução penal. O mecanismo punitivo se fortalece na direção da lógica do direito penal para o inimigo que aparece como solução disciplinadora, pseudo-igualitária, já que os ricos também vão para a cadeia. No discurso do poder instituído a punição se democratiza e finalmente poderemos nos vangloriar de nossas instituições. Esse mecanismo encobre, pela via das formas jurídicas e legais, a estrutura social da injustiça, acentuando a coerção e o submetimento da vida social aos regimes dos monopólios e ao processos e regras que nos ajustam, via processos de subjetivação coletiva voltados para um regime de universalização da culpa, requisito necessário para organizar a sociedade global dos endividados. Expressão necessária para a nova etapa do neoliberalismo e do regime constitucional que se desenha no quadro das novas guerras e deslocamentos de muros e fronteiras de contenção e segregação. O processo é complexo e permite certos deslocamentos e novos alinhamentos no plano internacional, mas as perdas dos países BRICs, em especial do Brasil, são visíveis. Os desdobramentos da eleição americana aparecem como única brecha de descontentamento substantivo visível nesse início de 2016.

Os novos regimes de segurança/emergência e de gestão pelo medo consolidam a disciplina útil para a dinâmica opressiva da moeda e da financeirização da vida cotidiana pós a crise global de 2008. Devedores e culpados somos todos no plano global e no plano local, por isso, nos conformamos e sentimos algum gosto de quase ou pseudo justiça ao ver políticos, artistas, personalidades, empresários enviados aos “paredões”, digo aos tribunais e prisões. Alguma coisa está fora da ordem na nova ordem mundial afirmou o poeta, o que é essa “coisa”? Será que é a desmedida da acumulação em escala global e da destruição em escala nacional e local?

No momento em que o capital simbólico do interesse comum se transfere da órbita da representação e da vida parlamentar para uma suposta verdade jurídica, que se articula com as operações policiais, a ação de juízes e de membros do ministério público fortalecem a criminalização como forma de produção da verdade como um modo de resgate do revestimento simbólico para o poder de comandar os destinos da nação na forma das verdades jurídicas e do caso de política. A idéia de dignidade e valor moral se transfere via imagem espetáculo para o judiciário, sempre em imagem direta. Os efeitos da judicialização da política são alimentados pelas redes e máquinas imagéticas que proliferam com a radicalização da pequena política, por força do espaço limitado e do condicionamento

das lógicas globais e corporativas. A base de sustentação do governo e a oposição não fazem mais do que fazer jogos de protelação e autofagia, com ritos repetitivos de numa disputa diária por cinturões como no MMA. Os campeões de hoje são acusados de uso indevido de substâncias químicas não passando nos exames antidoping do dia seguinte. O poder judiciário e lógica midiática se complementam como cimento ideológico que não precisa conspirar para colher frutos da crise permanente, somos avaliados pelas cortes americanizadas daqui e de lá que fazem da vida pública um objeto de julgamento com força de lei. O poder constituinte é deslocado para sua forma extrema da última instância permanente até mesmo para tutelar o regimento interno e os procedimentos e ritos os demais poderes, a espada está todo o tempo pendurada nas mãos dos juízes e sobre a cabeça dos contendores fracos que perdem o poder de falar e encantar. A linguagem jurídica mais uma vez se faz de instrumento decisivo, os juízes encarnam e enterram a força do legislador cindido e decidindo o destino do executivo fraco e paralisado.

### O deslocamento e a judicialização

O poder revela sua armadilha e o sistema consegue se manter pela via darwinista que vai eliminando certos indivíduos de certas espécies, que são tão mais atingidos quanto mais se aproximam e mimetizam as práticas próprias aos modos e estilos dos grupos dominantes. As vítimas do transformismo pelo alto sofrem pela passagem compulsiva e repetitiva ao ato ilícito, acabam levando aos mesmos erros eu rapidamente liquidam os neófitos, os recém-chegados ao poder. Uma mesma repetição de cartelização e distribuição de propinas, entremeada por inquéritos e prisões, como ossos do ofício, acaba servindo, paradoxalmente, de cobertura para manter intocáveis os códigos proprietários, monopolistas e a estrutura de fluxos pela via da evasão e sonegação permanentes. **Pequenos grandes acordos, reconhecimento de culpa, delação premiada, abuso das prisões e restrições se legitimam numa ciranda infernal, de operações com suas dezenas de capítulos e temporadas. Serialização e reificação pela produção do espetáculo jurídico-policial transmitido por todas as vias que esvazia o debate sobre a reforma de política e a reforma do Estado (que devia e realizar pela via da democratização). O descontentamento da opinião pública construída se**

**satisfaz com a perspectiva das novas leis punitivas principalmente contra a juventude, as periferias, os grupos oprimidos e os subalternos cujos direitos começavam a ser reconhecidos no ciclo político anterior.**

A representação perde força para a judicialização, a liberdade perde força para a punição. Como na vida política invertida na vida cotidiana a mobilidade social parece ser fruto de um ato escuso e não de um direito, deixamos de lado para outro artigo a análise do espetáculo religioso que sabe entrar na política e aparecer como se dela estivesse de fora. O discurso conservador se reorganiza e longe de perder força na sua presença, mesmo que com perdas no plano da política no pântano parlamentar, joga nas várias direções, via o reforço do discurso reacionário da intolerância. O que coloca a força midiática de certo tipo de força fundamentalista na direção da afirmação da exigência de uma ordem moral, de uma política familiar e sexual, como uma resposta ao problema da hegemonia na vida social e no modo de produção. Que encobre o comprometimento de certas organizações com as práticas de montagem de máquinas econômicas, comunicacionais e políticas por parte de aparelhos e movimentos religiosos. O deslocamento

na direção da sociedade do espetáculo, articula um discurso judicial-punitivo, supostamente com base na teologia, com uma ativa produção de bens simbólicos comercializáveis supostamente capazes de justificar o enriquecimento e com o devido perdão para pecadores e devedores.

O recurso aos discursos da ordem e ao autoritarismo são repetidos e fazem parte da retórica dos mesmos que negam ter contas no exterior. O que é interessante é que as contas e os fluxos, desde a CPI do Banestado indicam um caminho simples para desvelar o real imagético da corrupção, não bastaria seguir a regra clássica do “siga o dinheiro” para nos depararmos com “a coisa”? Talvez no paraísos fiscais se encontre a chave do falso segredo.

A ópera bufa, o folhetim e a continuação dos seriados, fazem do nosso “law and order” cotidiano um transformador da pequena política e do cretinismo parlamentar uma forma que define a crise política como um problema da “falta de ética dos políticos”, a grande política passa a ser um atributo do juiz e não do legislador. O executivo se paralisa ao perder a iniciativa de compor ou “comprar” apoio. A liquefação da base política é um fenômeno enganador, para além de todas as lutas o efeito de controle e o poder disciplinar geram um produto curioso. O parlamento vira um grande pântano onde para sobreviver é preciso fazer parte de um grupo ou bloco suprapartidário ou do campo de alguma suposta maioria. A volatilidade, os custos da representação presidem os deslocamentos que promovem um tipo de paralisia nos mecanismos de governo. Nessa brecha e nesse tempo navegam as mídias e os movimentos sociais, assim como se retroalimenta a tendência para uma subordinação para uma nova direção conservadora. Se o Congresso tendia a ser o lugar da produção do consenso ou dos grandes acordos, que faziam da tendência ao centro seu mal e sua virtude, na nova conjuntura da representação e espetacularização temos

uma passagem ao modo conservador e subordinado, do poder disciplinar ligado ao paradigma neoliberal na fase do endividamento, do ajustamento e da ordem nas fronteiras de contenção dos destituídos de todos os tipos.

### **Poder disciplinar e endividamento**

O resultado geral da crise de representação é um reforço do que pode ser chamado de neoliberalismo disciplinar nos países da periferia e da semiperiferia capitalista. Nos países centrais a agenda é de guerra, com o controle das fronteiras, o reforço da exceção e as medidas de emergência, que também já fazem parte de processos conhecidos em países como o Brasil e a Colômbia com suas guerras internas de vários tipos.

Nos curiosos caminhos da dialética os jogos imagéticos se transformam em performances e vídeo-clips, em transmissão direta e *reality shows*, as gravações. Temo a profusão de vídeos, de detenções, de interrogatórios, de inquéritos, de processos, de julgamentos, as séries e episódios se sucedem num novo espaço do real virtual. O que torna quase compensador e repousante assistir aos episódios que legitimam a criminalização, a judicialização, a tortura e a eliminação dos ladrões e inimigos. O Congresso Nacional e os Partidos se tornam palco desta pós-teatralização da política como ficção policial e judiciária. A velocidade e a presença constante da imagem e do discurso, do castigo e da punição definem o padrão moral e o capital simbólico que tende a se fortalecer através das medidas restritivas e punitivas, que desqualificam a política e o legislador.

O legislador se liquefaz nos ambientes e corredores onde se movem cercados por microfones e câmeras, acusados, aflitos e em pânico com o risco da prisão em flagrante, no ambiente onde a desconfiança e a traição são a moeda e troca e a delação é o modo principal de lidar com o medo e de produzir a prova. Todos devemos alguma coisa diante do Big Brother cibernético e os políticos um pouco mais, visto o filme do “mar de lama” permanente que repete o nosso destino manifesto de nação e explica aos preguiçosos os nossos problemas numa chave única, no refrão sobre os políticos: “todos são ladrões”.



Jornalistas, cientistas, juristas, policiais, trazem suas explicações e seu saberes para repetirem a mesma narrativa que acompanha e legitima a interpretação que confirma o senso comum da pequena política, das soluções e querelas que acompanham as tendências. Os efeitos maquínicos dos processos e sua explicação são parte de uma mesma lógica semiótica e semiológica que articula espetáculo, acumulação de poder e riqueza e o binômio culpa-endividamento.

O pão e circo contemporâneo dista muito das disputas de poder e das querelas que afetaram a República Romana, as crises e a passagem para os regimes dos Césares é o paradigma das lógicas de soberania que se condensaram ao longo da história no corpo dos príncipes. Monarquias absolutas e as repúblicas modernas se sustentaram nas suas racionalidades burocráticas, pelo poder patrimonial e fiscal, no uso legítimo da força como exceção soberana sobre inimigos internos e eternos. A formação dos espaços parlamentares, a convocação dos “estados gerais”, as convenções foram muitas vezes atravessadas pelo corte do contrato social, do poder constituinte, da necessidade de e relacionar com a convocação da soberania popular. O fantasma da democracia direta sempre faz mover e tenciona as regras do jogo, o poder representativo e dos modos de distribuição e equilíbrio nas formas do jogo entre os poderes que de certa forma detêm poder sobre diferentes etapas do processo decisório.

Mas a máquina estatal atual em cada um dos seus aspectos gera seus jogos e redes, suas maquinações e dimensões técnicas do poder como sociedade política e através da sociedade civil formatada na gramática dos aparelhos de hegemonia, que mobilizam e agrupam forças e distribuem recursos que são escassos. As

funções simbólicas perdem para o imaginário catastrófico e o real do gozo global capitalista, para as necessidades de acumulação de capital em meio aos gigantescos desafios para as redes e funções fim do sistema de reprodução social. Distintas histórias e modos de fazer política, regras e mecanismos se esgotaram diante dos deslocamentos dos centros de decisão para sistemas virtuais, globalizados e com acento geopolítico e geoeconômico bem precisos. No Brasil esse processo é acelerado.

Os lugares que pareciam estar investidos de poder se voltaram sobre aqueles que penam para ter um poder real de representação, os parlamentares e os operadores políticos se revelam o elo mais fraco da cadeia do poder político, oferecem suas pequenas batalhas, artimanhas e segredos para uma espécie de BBB permanente. Ministros, partidos e empreiteiros se enredam entre realizar, cartelizar e distribuir recursos públicos, sendo eles mesmos o elo mais frágil do poder e da decisão real, que vai muito além do patrimônio líquido e financeiro, ou da força de influência e aparelhamento que pensavam possuir. O poder do aparelhamento e das lógicas e máquinas territoriais é condicionado e amarrado pelo enredamento real e virtual na força que combinam formas financeiras e comunicacionais de comando de informação, fluxos e vetores imagéticos mundializados.

## Conclusão

O poder do capital simbólico no Brasil se desloca para a articulação entre modos linguísticos e operacionais detentores de capital coercitivo, que se legitimam historicamente na proteção do patrimônio e dos privilégios. O poder do capital que se volta no uso da lei para novamente, tornar o social um caso de polícia. Mas hoje se aprimora o poder simbólico comunicativo que consegue se alimentar da fraqueza dos pequenos atores que fazem o grande espetáculo de se oferecer nas telas. O poder midiático se revela na capacidade de condensar a idéia de política ao jogo parlamentar e ao corpo-imagem dos políticos, que são vítimas de seu próprio engano, que se arriscam e oferecem ao triste espetáculo que afasta a ida representativa do corpo representado, repetindo

como farsa a tragédia que acometeu a liberal-democracia nos anos inte e trinta nos países da Europa Ocidental.

A minimalização da política e sua criminalização servem para esvaziar e bloquear o avanço da democratização nos colocando nas arquibancadas do espetáculo degradante. Onde vemos os pequenos personagens, deixando de ver o contexto e os aparatos de fabricação do poder, cuja percepção poderia nos retirar da captura ideológica, que legitima a via única dos ajustamentos forçados em função de termos, supostamente, escolhidos mal nossos representantes. O fim do ciclo político dos governos do PT poderia seguir outra direção se pudéssemos desvendar melhor o enigma da imagem espetáculo da degradação da política?

Na tentativa de descrever e identificar a relação entre ação parlamentar, espetacularização da política e criminalização devemos considerar o condicionamento da acumulação capitalista globalizada com sua lógica de destruição, destituição e produção de espaços disciplinados pelo e para o endividamento. As formas de subjetivação geram o reforço da razão cínica que produz a culpa coletiva, o que nos envolve numa dinâmica de violência material e simbólica intensificada. A pequena política serve para essa intensidade do excesso negativo, que acomete o social, o ambiental e o subjetivo, que torna a **crueidade** uma noção central para entendermos os

modos de dividir a sociedade e de gerar um certo gozo compensatório com “a derrota dos outros”. Como sempre é preciso romper com a dialética da guerra de todos contra todos como manifestação geral da política que nos é imposta pela via da sua negação.

Mudar o poder exige a mudança nas formas da política com atenção especial ao processo da disputa pedagógico política, do poder de elaboração e formação do espetáculo como imagem corpo do exercício das práticas sociais alternativas nascidas da nova centralidade da periferia. Retomar uma certa capacidade de definir a cena numa forma de teatro alternativo ao *reality show* e ao modo e convergência entre ficção e realidade, que atualmente retira dos atores a possibilidade de definir uma outra trama. A questão da democracia e da representação no desafia a produzir um outro enredo, uma outra narrativa, uma outra agenda numa verdadeira cena política de caráter público, resgatando o poder constituinte presente nos artigos da Constituição de 1988. ▾